

# Plano de recuperação interna e, depois, renegociar

Sérgio S. Silva (\*)

Os problemas econômicos e sociais provocados pela política governamental, aliados à magnitude da dívida externa e à irresponsabilidade com que os governos das principais potências capitalistas enfrentam a crise internacional, exigem a mudança completa da política econômica brasileira, de modo a subordinar a questão da dívida externa a um plano de recuperação da economia nacional.

É simplesmente ridículo reduzir a renegociação da dívida à dilatação de prazos e diminuição de taxas de juros, discutir em abstrato moratórias formais ou moratórios de fato. Única e exclusivamente a partir da definição de um plano de recuperação é possível equacionar a questão da dívida externa do ponto de vista nacional e, por conseguinte, pensar como e em que bases renegociar. O plano é condição sine qua non de qualquer renegociação respeitável, algo bem diferente de espalhafatosas tournées.

A atual política econômica, que tudo subordina à tentativa de equilibrar as contas externas (encontrar condições para o pagamento da dívida), é busca de objetivo inalcançável e fonte de recessão incontrolável. A aplicação de vultosos excedentes financeiros a taxas de juros elevados e flutuantes nas condições da economia mundial em crise teve resultado perfeitamente previsível para os países devedores: a insolvência. Acumulou-se uma dívida que não tem (e, pela sua lógica, nunca teve) condições de ser paga.

As possibilidades de crescimento das exportações brasileiras, além de limitadas pelas taxas de expansão do comércio mundial e pelas políticas protecionistas, são irrisórias quando comparadas ao montante crescente da dívida. Por outro lado, a diminuição das importações faz-se quase exclusivamente em função da queda da atividade econômica interna.

Além das restrições às importações, a redução da atividade econômica é esti-

mulada pela política de restrição monetária e creditícia e de incentivo à redução dos salários, já duramente afetados pela recessão. Ao aumentar a capacidade ociosa, o endividamento e os custos financeiros de toda a economia, a política governamental, defendida em nome do combate à inflação, constituiu-se no principal motor da elevação geral dos preços e conduziu ao círculo vicioso da recessão e da inflação.

A política monetária e creditícia deve ser imediatamente alterada para aumentar a liquidez, reduzir os juros e melhorar a situação financeira em geral e, em particular, no setor privado, de onde os capitais fogem em desabalada carreira para a especulação, para o mercado negro e, através deste e de outros meios, para fora do País". Uma política de investimentos, cujo êxito depende da participação do setor público, deve ser definida como base para o plano de recuperação econômica.

A administração do déficit público, necessariamente vinculada à nova políti-

ca, necessita também de integral reformulação. A dívida interna, além de renegociação, exige novas formas de financiamento, visto que as atuais se tornaram mais inflacionárias do que simples emissões primárias. Essas novas formas serão encontradas em uma gradual mas decidida reforma fiscal, cuja viabilidade depende da própria recuperação da economia.

O abandono do arrocho salarial, além de obrigatório do ponto de vista social, é outro elemento básico em um plano de recuperação, seja do ponto de vista conjuntural (elevada capacidade ociosa no conjunto da economia), seja do ponto de vista estrutural (incompatibilidade do atual perfil da distribuição de renda com o nível de desenvolvimento da produção capitalista no Brasil).

As dificuldades a serem enfrentadas na execução do plano de recuperação econômica dependerão não somente do esforço e unidade nacionais mas também da reação internacional; mas justamente a alteração da política econômica

impõe-se também para que o Brasil assuma as suas responsabilidades no que se refere ao enfrentamento da crise mundial.

Quando estudamos a crise econômica brasileira, destaca-se a sua inserção em uma crise internacional que se prolonga há muitos anos e cuja gravidade é ignorada pela quase totalidade dos dirigentes políticos em todo o mundo, inclusive, lamentavelmente, no Brasil. Entretanto, reconhecer o caráter internacional da crise é radicalmente diferente de tentar explicá-la como resultado de fatores externos, como fizeram e fazem os governos militares. O Brasil é uma importante economia do mundo capitalista e a sua política, ditada por irrestrita solidariedade ou submissão ao sistema financeiro mundial, é um fator de agravamento da crise, tanto nacional quanto internacionalmente.

(\*) Professor do Departamento de Economia e diretor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.